

Brasil

Câmara vota ajuste semana que vem

Líderes decidem que prioridade será concluir reforma da Previdência

Em seguida, entra em pauta aumento da CPMF, que sofre resistências

A Câmara dos Deputados começa na próxima semana a votar as medidas do ajuste fiscal pela conclusão dos destaques da reforma da Previdência. Depois de ouvirem do presidente Fernando Henrique Cardoso e da equipe econômica do Governo o detalhamento do pacote, os líderes se reuniram no Congresso para traçar o cronograma das reformas. Depois da Previdência, a prioridade será para a emenda da prorrogação e aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

As resistências dos parlamentares ao aumento de alíquotas já são conhecidas do Presidente. Para quebrar as barreiras, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, participará de sessão especial da Câmara para explicar aos deputados detalhes e objetivos das medidas propostas. "Todo aumento de carga tributária é difícil. Eles terão de convencer os líderes partidários e os partidos políticos", previu o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). Os líderes pretendem reunir suas bancadas também a partir de terça-feira para



Arquivo

MICHEL TEMER: todo aumento de carga tributária é difícil

sentir a disponibilidade de votação. Ao Presidente, eles somente deram a garantia do empenho.

O cronograma de votação ainda não pode ser traçado porque os deputados ainda não conhecem a forma como as medidas serão propostas. Projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias têm de respeitar prazos diferentes, segundo estabelece o regimento interno. "Todos concordaram que vamos votar a emenda da Previdência, que faz parte do ajuste. Daí, as

medidas que forem encaminhadas, vamos verificar processualmente como nós vamos colocar em votação", afirmou Temer.

Baterias

A coordenação das votações do ajuste será feita pelo deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), que acaba de ser nomeado líder do Governo na Câmara. Madeira disse que já acertou com os líderes o mapeamento dos deputados. "Nós teremos uma presença grande aqui para votarmos

semana que vem", garantiu.

Apesar da dificuldade de tramitação, já que todos os líderes aliados vêm afirmando que o aumento da alíquota da CPMF só será possível até 0,30% e não 0,38%, o líder do PSDB, Aécio Neves (MG), acha que a votação da emenda pode ser concluída na Câmara no mês de novembro. Mais cauteloso, Arnaldo Madeira diz que cada medida será tratada a seu tempo. "Nossas baterias estão localizadas na Previdência. Ela é decisiva. Se não conseguimos terminar isso, como faremos com o resto?", alertou.

Convocação

Outra preocupação do líder do Governo é com a contribuição previdenciária dos inativos. A lei determina que uma proposta já rejeitada não pode ser colocada em votação no mesmo ano. A proposta da contribuição foi derrubada pela Câmara no início do ano na votação da reforma da Previdência. Sendo assim, não poderia ser editada como Medida Provisória, para entrar em vigência imediatamente, como quer o Governo. A proposta sofre também muita resistência no Congresso.

A aprovação da proposta de cobrança da Cofins do setor bancário pode ser facilitada, já que não é um tema de apelo popular e também porque um projeto com o mesmo teor está pronto para ser votado no plenário. "A lei está aqui pronta para ser votada. O Governo está contando com isso", disse Madeira.

Além da reforma da Previdência e das medidas anunciadas ontem, os parlamentares também terão de votar o Orçamento para 1999. A intenção inicial era concluir a votação da proposta orçamentária até 15 de dezembro. Com a pauta carregada, a convocação extraordinária do Congresso já é dada como certa.

GERUSA MARQUES
Repórter do Jornal de Brasília